

mudar a



publicação do graal

- *um espaço de reflexão crítica sobre as correntes e movimentos sociais do nosso tempo*
- *um estímulo à criação de modelos alternativos de vida em sociedade*
- *um olhar de fé sobre o hoje e o amanhã da história que vivemos*



DES-MASSIFICAR

A SOCIEDADE DE MASSA EM QUESTÃO

Se olharmos para a história destes últimos trezentos anos, verificamos que a industrialização, no Ocidente como noutras partes do mundo, levou à criação de uma **sociedade de massa** baseada na produção em massa, distribuição em massa, espectáculo de massa — tudo em massa. De acordo com essa ideologia, quem fosse capaz de produzir o maior número de ninharias ao menor custo tinha necessariamente o sucesso assegurado.

Hoje, creio eu, estamos a assistir ao desmoronamento da sociedade de massa a todos os níveis. A nível tecnológico, verificamos que os sectores mais avançados da indústria se orientam agora para tecnologias inovadoras que permitam diferenciar a produção e até fabricar produtos por encomenda ao mesmo preço que aqueles obtidos através da produção em massa.

As indústrias de electrónica, por exemplo, produzem todos os anos equipamentos de controlo e outros aparelhos sofisticados, no valor de muitos milhões de dólares. Mas o número de cada tipo de aparelho é da ordem dos 50 a 100, no máximo mil ou dois mil exemplares. Não da ordem das dezenas ou centenas de milhar.

O mesmo se verifica em outros domínios, incluindo o das próprias indústrias de guerra. Continuamos a pensar na produção militar como uma produção em massa, mas na realidade constroem-se dez aviões de um tipo, depois modifica-se o desenho e constroem-se doze exemplares de outro tipo.

Analisando os planos de todos os sectores industriais, encontramos uma crescente diferenciação dos produtos e um aumento da produção em número limitado de exemplares. É a isso que eu chamo **desmassificação da produção**.

Trata-se de um fenómeno que representa um estágio superior da produção relativamente à produção em massa. Alguns componentes são ainda produzidos em grande quantidade — é o caso de aparelhos de comutação electrónica para sociedades telefónicas — mas são montados de forma diferente, consoante a procura e a necessidade. Uma grande parte dos automóveis, por exemplo, são fabricados por encomenda, de acordo com a procura, dando origem a uma profusão de novos modelos, através de uma mistura dos componentes estandarizados.

E não é só em sectores de produção de bens materiais que esta tendência se manifesta. No domínio dos meios de informação, encontramos um número crescente de revistas de pequena tiragem destinadas a um público limitado. A própria instituição familiar revela transformações profundas. Estamos a afastar-nos de um sistema familiar baseado substancialmente num modelo único — a chamada família nuclear — socialmente reconhecido, e a caminhar para uma multiplicidade de alternativas socialmente aceitáveis e aceites.

A mesma coisa sucede, por fim, com a política, na qual assistimos à ruptura do consenso de massa e ao crescimento de movimentos regionalistas e secessionistas. A ascensão de grupos que se batem por novas perspectivas provoca a confusão entre os políticos tradicionais: o sistema não sabe como fazer-lhe face. Numa palavra: o tema da desmassificação representa um corte em diagonal com toda a cultura do nosso tempo.

As razões deste fenómeno são complexas.

Em primeiro lugar, quando as pessoas alcançam um certo nível de bem-estar, tendem a estabelecer diferenças entre si. Numa sociedade pobre todos precisam de pão, de tecto, de um agasalho. As necessidades básicas são uniformes. Quando se ultrapassam estas necessidades, o gosto pela diferenciação manifesta-se.

Por outro lado, existem tecnologias que tornam praticamente realizável a desmassificação. Renovar as funções de uma fábrica era, até há pouco tempo, uma empresa extremamente dispendiosa: agora é-o menos graças ao controlo numérico e computarizado. Os avanços sociais e os avanços tecnológicos chegam assim a um ponto de encontro.

DA UNIFORMIZAÇÃO À DIFERENCIAÇÃO

O processo de desmassificação levará largas dezenas de anos a ser efectuado. Terá profundas incidências e exercerá uma tremenda pressão sobre as organizações que fizeram funcionar a chamada «segunda vaga», a da revolução industrial. Isto não quer dizer que se trate de um processo necessariamente lento e gradual. Em muitos sectores as transformações são enormes num curto espaço de tempo.

Um dos motivos pelo qual quase todos os países encontram grande dificuldade em gerir a sua economia reside no facto de que se tenta conceber essa economia como um fenómeno unitário e nacional. Na realidade, existem hoje economias regionais no interior de cada país. E estas economias regionais são tão importantes e complexas como o eram as economias nacionais há 30 ou 40 anos. A tentativa de controlar as economias regionais através de uma política centralizada — monetária ou fiscal — está votada ao fracasso. Ao resolver o problema de uma parte, acentua-se o problema de outra.

Em matéria de economia, aliás, as transformações exigidas são gigantescas. A própria noção de «produtividade» terá que ser posta em questão. Com efeito, muitos dos elementos do processo produtivo não são

devidamente valorizados porque não se enquadram num sistema económico exclusivamente baseado no dinheiro. A produtividade de uma fábrica, por exemplo, pode ser medida num determinado contexto, mas se essa mesma fábrica passar a transferir para o exterior alguns dos seus custos, a avaliação da sua produtividade, em termos tradicionais, deixa de ter valor. É o problema dos «custos transferidos» da produção. Como avaliar os custos actuais e futuros da poluição? Como determinar um coeficiente pelos custos da aprendizagem ou do sistema socio-familiar em que os trabalhadores se inserem?

A diferenciação da produção exigirá um novo tipo de «produtores de trabalho». Já não servem os trabalhadores que só sabem fazer trabalhos repetitivos, sem necessidade de pensar. É preciso gente que pense, que altere, que adapte, que saiba mover-se no trabalho. A imagem que me vem ao espírito é a da diferença que existe entre tocar música clássica e tocar música de jazz... O músico clássico encontra todas as notas e acordes na partitura. O músico de jazz ouve aquele que toca a seu lado e adapta-se rapidamente àquilo que ouve: improvisa. É deste tipo de executantes que se precisará cada vez mais.

É certo que muitas pessoas terão dificuldade em adaptar-se à nova situação, dado que cresceram num tempo em que o trabalho repetitivo não tinha alternativa. Ensinam-se as crianças a correr quando toca a campainha da escola, porque são precisos trabalhadores que acorram quando soam as sireias das fábricas. Pedem-se às crianças que obedeçam cegamente e que se moldem à rotina e ao trabalho repetitivo, porque é esse o trabalho a que terão que resignar-se por toda a vida.

NOVOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO

Não concordo com os que defendem que as restrições energéticas conduzirão necessariamente a uma nova urbanização em larga escala. As pessoas poderão mudar-se para a cidade como solução a curto prazo, mas a resposta a longo prazo residirá na substituição dos sistemas de transporte por novos sistemas de comunicação.

Não quero com isto profetizar um regresso das pessoas ao campo, mas sim um aumento significativo das cidades de dimensões médias, com um número de habitantes entre 100 mil a 750 mil.

As grandes cidades, como Nova Iorque, poderão sobreviver, mas com funções diversas das que foram atribuídas às cidades industriais.

Poderão, por exemplo, tornar-se centros para actividades culturais: teatro, ópera, ballet, cinema, etc.

Poderão, sobretudo, converter-se em centros de tempos livres, para onde as pessoas canalizem

as energias físicas e relacionais, libertas por uma utilização cada vez maior da electrónica.

Assistiremos a uma substituição do movimento físico por uma vida cada vez mais sedentária, fruto daquilo a que costumo chamar «operação vivenda electrónica»: milhões de pessoas poderão dispôr de terminais a baixo preço e de fácil utilização em suas casas, ligados ao exterior por meio de linhas telefónicas ou sistemas de satélite.

É completamente absurdo fazer deslocar quotidianamente milhões de trabalhadores para se dirigirem aos locais de trabalho, onde passam depois horas agarrados ao telefone. A deslocação do trabalho para lugares descentralizados — e, em última instância, o trabalho em casa própria — é uma necessidade óbvia do ponto de vista económico e poderá vir a ocorrer maciçamente no decorrer dos próximos dez ou vinte anos.

Não é possível, aliás, pensar a sério numa reforma do sistema de educação, enquanto as empresas continuarem a exigir pessoal com um diploma, uma licenciatura, um pedaço de papel a mais. As universidades trabalham para as empresas, os liceus trabalham para as universidades e as escolas primárias trabalham para as escolas superiores. Só quando se tornar evidente que o pedaço de papel que se obtém nas universidades não tem qualquer relação com aquilo que se faz nas empresas — e esta tomada de consciência será geral e não individual — o sistema escolar poderá mudar. Actualmente as escolas são feitas para ignorar as diferenças. Estão destinadas à produção de massa. Partem do pressuposto de que o material bruto que lhes chega às mãos é largamente uniforme.

Durante o império da industrialização, este esquema funcionou satisfatoriamente. Tratava-se de um sistema democrático, tendente a proporcionar a todos oportunidades iguais. No futuro, porém, as exigências da indústria e da economia serão outras. O sistema escolar terá que orientar-se para a formação de pessoas mais autónomas e diferenciadas. Torna-se necessário redeterminar quais os tipos de capacidades humanas que o processo educativo deverá estimular: capacidades ligadas às relações humanas e à tomada de decisão, avaliação das várias alternativas de escolha, destreza entre os dados objectivos e os coeficientes subjectivos, etc.

Alvin Tofler

Texto adaptado de uma entrevista
1980

MANIFESTO DA PESSOA

Um manifesto secreto está em elaboração. Não um manifesto impresso que possa servir de bandeira a um movimento de massa. Um manifesto que passa de boca em boca, que cada um procura ler nos olhos dos seus companheiros...

Trata-se do **manifesto da pessoa**: da declaração do direito soberano de cada um se descobrir a si próprio. Não posso dizer que os «assinantes» deste manifesto sejam já milhões. Mas o movimento está em marcha e corresponde a uma viragem cultural de enorme alcance.

As grandes abstrações colectivistas — «História», «Sociedade», etc. — começam a ser ultrapassadas por **uma nova proposta ética: a conversão de cada indivíduo em pessoa**. Aceitar esta proposta, é acreditar no eclodir de um novo universo social, com tantos centros quantas as personalidades despertas. Somos nós capazes de imaginar um tal mundo polinuclear, composto de pessoas capazes de assumirem um verdadeiro projecto de liberdade? Como compatibilizar os imperativos e as regras da vida em sociedade com as exigências da realização pessoal? Não resultará isso numa anarquia universal?

Com efeito, a nova sensibilidade personalista põe em questão muitos aspectos da cultura tradicional. É mais fácil falar genericamente dos «direitos individuais» — os direitos de toda a gente — do que falar do direito de cada um se assumir como pessoa. Daí as reacções que por toda a parte se começam a ouvir. Acusam-se os personalistas de «megalomania do eu», de «narcisismo patológico». Ora a nova ética da descoberta da pessoa nada tem a ver com o culto narcísico da personalidade ou com o hedonismo exibicionista de que se alimenta a nossa economia de grande consumo. Temos que distinguir a necessidade legítima de cada homem ou mulher desenvolver a sua personalidade das falsas necessidades criadas pela sociedade de massa. Porque é uma revolta contra a massificação que está em jogo: a revolta contra a redução do ser humano a uma massa anónima.

DO INDÍDUO À PESSOA

Nunca houve muitas **pessoas** neste mundo. Mesmo os que um dia sonharam vir a sê-lo, são pouco numerosos. Pelo contrário, o mundo esteve sempre odiosamente dividido entre chefes e seguidores, entre uma elite promovida à categoria de ídolo e as massas anónimas «atentas e veneradoras».

Quer façamos parte da primeira categoria quer nos contemos entre a multidão dos que constituem a segunda, o papel que aí nos é atribuído não esgota, certamente, a nossa personalidade. Limitamo-nos a assumir uma identidade pré-fabricada, ligada ao hábito e à função.

A sociedade propõe-nos como modelo o caminho dos grandes chefes, dos heróis, dos homens e mulheres que atingiram a celebridade. Mas o pequeno número dos privilegiados que um dia lá chegaram, limitaram-se também, na maioria dos casos, a desempenhar um papel sem qualquer marca pessoal. Para corresponderem às expectativas que neles eram postas, tiveram que conformar-se, nivelar-se, segundo os cânones sempre misteriosamente presentes da cultura oficial, das normas ditadas pelo dinheiro ou pela força, dos critérios intrínsecos à «santidade» do Estado. Confundem-se, assim, com aquele «eles» omnisciente a quem tantas vezes nos referimos: «eles não nos deixam fazer», «eles não concordam», «eles não decidem»... O caminho da celebridade poderá servir a alguns para arredondar a bolsa ou para engordar o ego. É raro que sirva também de caminho de descoberta do que é uma personalidade livre e autêntica.

Vale a pena fazer uma distinção clara entre o que é um indivíduo e o que é uma pessoa.

O individualismo encerra a pessoa na fortaleza estreita do seu eu e mantém-na prisioneira de interesses que lhe são exteriores. Não há lugar para a profundidade ou o mistério. Reduzido à sua exterioridade, o indivíduo só sabe afirmar-se pela concorrência e pela oposição.

Imaginemos uma corrida qualquer — corrida a pé, corrida ao dinheiro, corrida a um posto de trabalho. O indivíduo corre porque quer atingir a meta, quer ser o primeiro — e quer atingir a meta porque disso depende o seu sentimento de importância, o valor que atribui a si próprio. Enquanto dura a competição, o indivíduo deixa de ser senhor de si mesmo. Só existe em função das regras do jogo que de fora para dentro lhe dizem se ele é «melhor» ou «pior», se merece ser aceite ou se deve ser rejeitado.

Que contraste entre esta corrida concorrencial e a lenta e solitária exploração interior que nos conduz à descoberta da nossa própria pessoa! O objectivo já não é nem o sucesso nem a celebridade, mas o conhecimento de nós mesmos, tanto para afrontarmos as nossas fraquezas como para tomarmos consciência das nossas capacidades e das nossas forças. Não interessam os padrões que fazem de nós «o melhor», «o mais avançado», o que tem «mais sucesso». Interessa-nos, sim, andar pelo gosto de andar, no caminho que o traçado da vida dia a dia nos faz descobrir.

ISOLAMENTO E SOLIDÃO

O indivíduo sente-se sempre isolado na sua ambição.

A pessoa experimenta a solidão mas não o isolamento.

O indivíduo só existe em referência competitiva a outros, que o sustentam no seu estatuto exterior.

A pessoa existe no espaço da sua própria solidão — espaço só penetrado por Deus, abismo sem fundo onde se aprende a entrar sem temor.

TOMADA DE CONSCIÊNCIA

O processo de tomada de consciência do direito a ser pessoa parte da textura íntima da vida quotidiana de cada um de nós. Começa, em muitos casos, por uma impaciência indefinível face aos papéis e rotinas sociais que nos são impostos — o trabalho que fazemos, a educação que recebemos, as instituições que exercem sobre nós a sua autoridade. É um sentimento de irritação íntima, fugidia... Sentimos que temos o **direito** de ser tratados de outra maneira: direito ao trabalho, à educação, ao tempo e ao espaço necessários para determinarmos o nosso estilo de vida; direito a participarmos directamente nas decisões que modelam a nossa existência.

Mas estes «direitos», quem os reconhece como tais? Desde quando adquiriram foro de cidade?

Poderá pensar-se que os direitos de que aqui falamos são uma simples extensão de valores como a

«liberdade» e a «igualdade» cívicas, universalmente consagradas nas democracias sociais. Se assim fosse, tudo seria mais simples. A verdade é que a afirmação da pessoa se faz, na maioria dos casos, contra as próprias instituições que sustentam a noção tradicional de democracia. Querer **ser pessoa**, recusar ser apenas mais um elo na máquina, mais um número na estatística, mais um bater de tecla no computador é hoje, nas nossas sociedades, um acto subversivo, quase uma «dissidência», com as consequências marginalizantes que isso implica.

Como reacção contra essa marginalização encontramos, um pouco por toda a parte, o desenvolver de **redes situacionais** que fortalecem os laços entre aqueles que investem numa mesma crença.

Não se trata de nenhum movimento social organizado. A margem «dissidente» não é uma força estável que pretenda impor-se como alternativa de poder. Porque o que está em causa é a afirmação da singularidade, o **direito à diferença**, em reacção contra todas as formas de conformismo, a tendência é para particularizar e não para homogeneizar. Procuram-se tarefas estritamente locais com projectos bem definidos. Desconfia-se de qualquer forma de unidade organizacional. Rejeita-se qualquer tentativa de hierarquização estável do poder.

Surge assim não um movimento, mas um **mosaico**: mosaico cambiante de problemas, de causas, de episódios e de grupos. Cada nova sensibilidade se agrupa definindo claramente a sua especificidade. Caem as velhas categorias de classe ou grupo social e em seu lugar surge uma infinidade de redes situacionais, onde as nuances e fracturas parecem não ter fim.

Terá esta movimentação uma expressão política adequada?

Se entendemos por expressão política a organização com vista à tomada do poder, é evidente que não. Aquilo que se poderia ter convertido num grande movimento político unificado, permanece artesanal na sua concepção e nas suas formas de funcionamento. O que não quer dizer que esses grupos não contenham um enorme potencial de mudança.

Ser pessoa. Ser diferente. Encontrar outros capazes de afirmar essa mesma diferença é dar um contributo para a desmassificação dos sistemas e das relações e, nessa medida, é também contribuir para a mudança global da sociedade. Pergunto mesmo: poderá conceber-se qualquer mudança autêntica que não passe pela dinâmica decisiva da conversão do indivíduo em pessoa?

Theodore Roszak
in «Person/Planet»
Anchor Press, New York, 1978